

## Limitações à liberdade crescem nos Estados Unidos da América

---

As escolas americanas estão a procurar evitar o debate sobre a guerra no Iraque, alegando receios de "doutrinação" dos alunos e a possibilidade de queixas apresentadas pelos pais.

Os que ousam levantar o debate correm riscos, como é o caso de dois professores de um liceu de Albuquerque, no Novo México, suspensos temporariamente por se terem recusado a retirar os desenhos dos alunos alusivos à guerra colocados nas paredes da sala de aula. De acordo com o porta-voz das autoridades educativas daquele estado, Allen Cooper e Geoffrey Barrett, professores de Inglês e de História, respectivamente, não respeitaram as regras estipuladas pelo governo estadual, que permitem a existência de cartazes ou desenhos apenas no caso de a matéria estar de alguma forma relacionada com o assunto. "Debater a guerra é profissionalmente desadequado se não pudermos estabelecer um paralelo com a matéria que é ensinada", adianta o vice-director deste estabelecimento, Dennis White.

Entre os professores, há quem lamente esta forma de auto-censura. "Os responsáveis educativos deveriam ser favoráveis ao debate livre sobre a guerra", diz um especialista no desenvolvimento das crianças e questões ligadas à violência juvenil, James Garbarino, professor na Universidade Cornell, em Nova Iorque. "Os miúdos mais velhos têm dificuldade em compreender porque razão os adultos lhes dizem que devem resolver os conflitos de forma não violenta e depois se mostram a favor de uma guerra, mesmo que ela seja apresentada como preventiva", conclui Garbarino.

Entretanto, enquanto se acentuam estas limitações às liberdades de expressão nas escolas, está em desenvolvimento o «Sistema de Prevenção e Informação Contra o Terrorismo» (TIPS). Este sistema faz de milhões de americanos confidentes do governo. Carteiros, electricistas, camionistas, cantoneiros, foram convidados a converterem-se em informadores da polícia e do governo. O governo fornece a estas pessoas um número de telefone para comunicarem comportamentos que considerem suspeitos.

Várias organizações americanas de direitos civis consideram estas práticas de denuncia como um ultraje contra a intimidade dos indivíduos: «que um canalizador informe o governo sobre algo que considera suspeito é, na prática, uma violação domiciliária sem permissão judicial», dizem. Para este plano de denúncias o governo procura atrair todas as profissões que se exerçam em casas privadas, como sejam antenistas, empregados do gás e da água, mensageiros, etc.

Através do «USA Patriotic Act», outro instrumento limitador das liberdades, aprovado em 26 de outubro de 2001, estão a ser levadas a cabo várias acções de limitação das liberdades e de vigilância sobre os cidadãos. Uma norma desta lei, permite ao FBI exigir a bibliotecários e livreiros que indiquem que livros leram ou compraram determinados cidadãos sob suspeita. A mesma norma proíbe os bibliotecários e livreiros de revelarem, seja a quem for, as exigências dos registos apresentadas pela polícia.

Os estrangeiros, particularmente os que têm nomes árabes, estão sobre apertada vigilância. Numa carta recente, enviada a todas as universidades, o FBI pede que lhe enviem os nomes, moradas, números de telefone, informação de cidadania, local e data de nascimento, contactos no estrangeiro de todos os estudantes e professores que não forem americanos. A propósito das perseguições, numa declaração à CNN, o advogado Kevin Ernest, afirmava recentemente: «hoje, no nosso país, até prenderiam uma cebola se ela tivesse nome árabe».